



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 27/05/2026

BREVES COMUNICAÇÕES

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado informou sobre operação da Polícia Federal em busca de documentos relacionados ao esquema de desvio de recursos de aposentados e pensionistas. Citou o Banco Master como envolvido nas irregularidades e destacou que dezesseis pessoas já haviam sido presas após os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), da qual participou em defesa dos idosos.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado defendeu a proposta de mudança na jornada de trabalho atualmente em debate na Câmara dos Deputados, destacando a Proposta de Emenda à Constituição, apresentada pelos deputados Reginaldo Lopes (PT-MG) e Erika Hilton (PSOL-SP) sobre o fim da escala 6 por 1. Criticou setores da oposição por defenderem uma transição de longo prazo e, posteriormente, passarem a propor a escala 4 por 3, classificando a mudança como estratégia para dificultar a aprovação da matéria. Por fim, reafirmou o apoio da bancada do PT e do Governo Federal à proposta de adoção da escala 5 por 2, com jornada de 40 horas semanais e sem redução salarial.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado criticou Parlamentares da Oposição durante o debate sobre o fim da escala 6x1, afirmando que setores ligados ao bolsonarismo mudaram de posição ao perceberem possível derrota no Plenário. Comparou a discussão à tramitação da proposta de isenção do Imposto de Renda, destacando que a base governista manteve a defesa da faixa de isenção de até R\$ 5 mil. Por fim, reiterou o apoio do PT ao fim da escala 6 por 1 e afirmou que a proposta representa um compromisso da bancada governista com os trabalhadores brasileiros.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado celebrou o avanço da proposta de redução da jornada de trabalho sem redução salarial, classificando a medida como uma vitória dos trabalhadores e da base governista. Criticou partidos da Oposição e setores da extrema direita por apoiarem propostas que adiariam por até 10 anos a implementação da escala 5 por 2. Também atribuiu a articulação da pauta ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao PT e aos partidos de Esquerda, destacando a defesa histórica dos direitos trabalhistas e criticando a concentração de renda e benefícios tributários concedidos aos mais ricos.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado saudou como histórica a votação do fim à escala 6 por 1 e redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, sem redução salarial, resultado de acordo entre o Presidente Lula e a presidência da Câmara. Contextualizou a medida, lembrando que a última alteração na jornada de trabalho



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

no País ocorreu em 1988, durante a Constituinte. Além disso, ressaltou o impacto da escala 6 por 1 sobre as mulheres e associou a mudança ao avanço da revolução digital, que vem transformando a organização do trabalho. Por fim, projetou que, em cinco ou seis anos, o Brasil deverá debater a adoção da jornada de 35 horas com escala 4 por 3, destacando que menos horas trabalhadas implicam mais produtividade e justiça social.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado celebrou a votação do fim da escala 6 por 1 como uma vitória histórica para trabalhadores, famílias, mulheres e crianças, destacando os benefícios para a qualidade de vida, a saúde e o convívio familiar. Também criticou a postura da extrema direita, apontando contradição entre a defesa anterior de uma transição de dez anos e jornadas de até 52 horas semanais e a oposição à proposta. Por fim, conclamou a Casa a votar a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, e encerrar a escala 6x por 1.

Sérgio Turra (PP - RS) - O Deputado rebateu as críticas da extrema esquerda, afirmando que a proposta de transição de dez anos constava da PEC original do Deputado Reginaldo Lopes. Além disso, questionou a motivação do Governo ao apresentar a proposta de fim da escala 6 por 1, no ano eleitoral, e não no início do mandato, classificando a iniciativa como eleitoreira e atribuindo à Esquerda postura hipócrita e desonesta.

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada defendeu o fim da escala 6 por 1, atribuindo ao Presidente Lula o respeito ao processo legislativo ao aguardar a tramitação da matéria nas comissões da Casa. Criticou partidos que, após se oporem à medida, apresentaram proposta alternativa de escala 4 por 3 na véspera da votação, classificando a postura como demagogia. Também condenou a Reforma Trabalhista de 2017, aprovada no Governo Michel Temer, apontando que a medida resultou na precarização do trabalho, no avanço do trabalho intermitente e no enfraquecimento da proteção dos trabalhadores. Além disso, rebateu ameaças de corte de direitos e de redução do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), apresentadas como tentativa de obstruir a aprovação da proposta. Por fim, afirmou que a luta pelo fim da escala 6 por 1 é uma luta por dignidade, saúde mental e qualidade de vida da classe trabalhadora brasileira.

Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ) - A Deputada destacou a relevância da votação sobre o fim da escala 6 por 1, apontando o impacto direto da medida na vida de mais da metade dos brasileiros, em especial da população negra e de baixa renda. Além disso, defendeu que a redução da jornada de 44 horas semanais promoveria melhor qualidade de vida, mais tempo em família e lazer, bem como a geração de novos postos de trabalho formal. Por fim, afirmou que o PCdoB esteve ao lado das mobilizações populares em defesa da mudança.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada defendeu a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6 por 1, classificando a votação como um momento histórico por atender à demanda popular por mais qualidade de vida, dignidade e oportunidades. Além disso, argumentou que a medida teria caráter humanitário e beneficiaria trabalhadores que vivem com baixa renda. Em seguida, relacionou a proposta a políticas apoiadas pelo Governo Federal, como a Proposta de Emenda à Constituição da Transição, que viabilizou a continuidade de programas sociais, o Programa Bolsa Família, o Programa Pé-de-Meia, as políticas de cotas e a expansão dos institutos federais. Por fim, criticou setores da Oposição, defendeu o movimento sindical e reafirmou apoio à democracia e ao Governo Federal.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado saudou o lançamento do programa Move Brasil Táxi e Aplicativos pelo Presidente Lula, que disponibiliza R\$ 30 bilhões em crédito, com juros baixos e prazo de 72 meses, para renovação da frota de motoristas de aplicativos e taxistas. Além disso, destacou que a iniciativa estimula a indústria nacional de veículos, melhora as condições de trabalho dos motoristas e beneficia os usuários de transporte em todo o País.

Paulo Teixeira (PT - SP) - O Deputado defendeu a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e o fim do turno seis por um, afirmando que a medida beneficiaria jovens e mulheres trabalhadoras. Associou as propostas ao Governo do Presidente Lula, citando avanços como o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o maior salário mínimo da história do País. Em seguida, criticou gestões anteriores por medidas que enfraqueceram sindicatos e reduziram o poder de compra dos trabalhadores. Por fim, sustentou que a mudança geraria mais empregos, fortaleceria direitos trabalhistas e contribuiria para o desenvolvimento econômico e tecnológico do País.

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado celebrou a cassação e a declaração de inelegibilidade do Prefeito Lucas, de Seropédica (RJ), a quem apontou como responsável por corrupção e pelo colapso dos serviços de saúde e educação do Município. Além disso, associou o Prefeito ao ex-Governador Claudio Castro e manifestou confiança de que as instâncias superiores confirmarão a decisão.

Rosângela Moro (PL - SP) - A Deputada questionou os indicadores econômicos do País, apontando endividamento das famílias, queda do poder de compra e índice recorde de pedidos de recuperação judicial como sinais de que a economia não vai bem. Em seguida, criticou a proposta apoiada pelo Governo Lula sobre redução da jornada de trabalho, classificando-a como medida populista e eleitoreira, com efeitos postergados para após as eleições. Além disso, defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2025, que prevê



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

remuneração proporcional às horas trabalhadas, e cobrou respeito à liberdade do trabalhador de definir sua própria jornada.

André Fernandes (PL - CE) - O Deputado criticou a postura do PT em relação à escala de trabalho 4 por 3, apontando contradição entre o discurso anterior do Partido, favorável ao fim da escala 6 por 1, e a resistência apresentada após a Oposição também se declarar favorável à mudança. Além disso, assinalou que a proposta de postergar a transição para após as eleições revela descompromisso com a classe trabalhadora e motivação eleitoreira.

Renildo Calheiros (PCdoB - PE) - O Deputado defendeu o fim da escala 6 por 1 e a redução da jornada de trabalho, comparando a medida a conquistas históricas como o salário mínimo, o 13º salário e as férias. Além disso, homenageou o Deputado Inácio Arruda, do PCdoB do Ceará, por ter apresentado proposta de emenda à Constituição sobre o tema em 1995. Ademais, criticou o uso da matéria para disputas políticas e convocou a Casa a votar por consenso, argumentando que a proposta beneficia a saúde, a convivência familiar e a geração de empregos para trabalhadores e trabalhadoras de todo o País.

Padre João (PT - MG) - O Deputado registrou a presença do Procurador Federal Guto Malta, destacando sua trajetória na administração pública como ex-Prefeito e ex-Vereador do Município de Ponte Nova (MG). Além disso, manifestou apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 337, de 2017, que institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União (AGU). Em seguida, cumprimentou a Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais, ressaltando a atuação da entidade no fortalecimento da AGU e na defesa dos direitos dos cidadãos.

Pezenti (MDB - SC) - O Deputado registrou a visita dos Vereadores Dudu e Daniel ao Congresso Nacional, destacando a atuação de ambos no Poder Legislativo do Município de Agrolândia (SC). Além disso, informou que o Vereador Dudu presidiu a Câmara Municipal no ano anterior e que o Vereador Daniel assumiu a presidência da Casa Legislativa no período atual. Em seguida, relatou que os Parlamentares participaram de atividades de capacitação voltadas ao fortalecimento do Legislativo municipal e buscavam recursos para o Município. Por fim, manifestou apoio às demandas apresentadas pelos Vereadores e saudou a atuação dos representantes municipais de todo o País.

Florentino Neto (PT - PI) - O Deputado defendeu o fim da escala 6 por 1 e a adoção da escala 5 por 2, classificando a medida como um avanço histórico para os trabalhadores brasileiros. Além disso, argumentou que a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais ampliaria o tempo destinado à convivência familiar, à educação dos filhos, à qualificação profissional, à participação comunitária e aos cuidados com a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

saúde. Em seguida, afirmou que a nova escala já é adotada em diversos setores econômicos e que sua ampliação promoveria maior isonomia entre trabalhadores. Por fim, destacou a atuação de Parlamentares envolvidos no tema e atribuiu papel relevante ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na articulação política em favor da proposta, apresentada como uma conquista para a classe trabalhadora.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada destacou a relevância da votação sobre o fim da escala 6 por 1, classificando o tema como uma pauta histórica para trabalhadores brasileiros. Além disso, manifestou preocupação com denúncias relacionadas à aplicação de recursos do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (Rioprevidência) no Banco Master, defendendo a apuração dos fatos e a responsabilização dos envolvidos. Em seguida, citou o ex-Governador Cláudio Castro e mencionou investigações envolvendo o banco, seus dirigentes e agentes políticos ligados ao Estado do Rio de Janeiro. Por fim, defendeu a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito e de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para acompanhar as investigações, bem como a atuação da Polícia Federal e de outros órgãos de controle na apuração das denúncias.

Kiko Celeguim (PT - SP) - O Deputado afirmou que a votação sobre a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6 por 1 representava um avanço histórico para os trabalhadores brasileiros. Resgatou o contexto dos Governos Temer e Bolsonaro como período de retrocesso nos direitos trabalhistas e destacou as conquistas do Governo Lula na retomada de investimentos em saúde, educação e moradia. Além disso, criticou o PL e a extrema direita por se oporem às pautas dos trabalhadores e por escândalos de corrupção, concluindo que a votação evidenciaria quem, de fato, defende os trabalhadores.

Lincoln Portela (PL - MG) - O Deputado criticou os Governos de Esquerda e contestou avaliações positivas sobre a situação social e econômica do País. Além disso, afirmou que a população continuava enfrentando dificuldades, citando a presença de pessoas em situação de vulnerabilidade social nas ruas de Belo Horizonte (MG). Em seguida, argumentou que a responsabilidade pelos problemas atuais não poderia ser atribuída ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, destacando que seu Governo teve duração de quatro anos. Por fim, dirigiu críticas aos Governos dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, atribuindo a eles os desafios enfrentados pelo Brasil e defendendo uma mudança de rumo na condução do País.

Waldenor Pereira (PT - BA) - O Deputado defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que extingue a escala 6 por 1 e reduz a jornada de trabalho sem alteração dos salários, classificando a data como um marco para a classe trabalhadora brasileira. Além disso, afirmou que a medida contribuiria para a redução de doenças ocupacionais, do estresse e da pressão sobre o Sistema Único de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

Saúde, ao mesmo tempo em que estimularia a produtividade e a geração de empregos. Por fim, elogiou o Governo Federal e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo apoio à iniciativa e criticou a atuação de adversários políticos no debate.

Nelson Barbudo (PODE - MT) - O Deputado criticou declaração feita por uma Parlamentar do PT no plenário, que apontou o Presidente Lula como honesto e o Senador Flávio Bolsonaro como corrupto. Classificou a afirmação como inversão de valores, defendendo a importância da verdade e da moralidade na vida pública. Em seguida, utilizou referências à educação de suas filhas para reforçar sua defesa de princípios éticos e de conduta pessoal.

Dr. Francisco (PT - PI) - O Deputado destacou a relevância histórica do debate sobre a Proposta de Emenda Constitucional que altera a escala de trabalho de 6 por 1 para 5 por 2, com redução da carga horária para 40 horas semanais sem redução salarial, beneficiando mais de 31 milhões de trabalhadores. Ressaltou os impactos positivos na saúde, no convívio familiar e na produtividade. Além disso, parabenizou os autores e relatores da proposta, bem como o apoio do Presidente Lula, e conclamou os demais Parlamentares a aprovarem a medida.

Waldenor Pereira (PT - BA) - O Deputado registrou a presença de Dirani Fagundes, secretária de Educação do Município de Poções (BA), e de Emanuela, assessora da secretaria, na Câmara dos Deputados. Destacou o trabalho de Dirani à frente da secretaria e informou que a visita teve como objetivo acompanhar emendas parlamentares destinadas àquele Município.

Castro Neto (MDB - PI) - O Deputado agradeceu a sanção do Presidente Lula à lei de sua autoria que reconhece a rota turística da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato (PI). Ressaltou que o Parque, patrimônio mundial reconhecido pela Unesco e berço do homem americano, passa a ter reconhecimento federal, o que deve gerar mais infraestrutura, segurança jurídica e fomento ao emprego e à renda na região. Por fim, convidou o Presidente Lula a visitar o local.

Rafael Fera (PODE - RO) - O Deputado denunciou falhas na gestão da Prefeita Carla Redano, do Município de Ariquemes (RO), apontando que o tomógrafo do hospital municipal está inoperante há meses por falta de energia, mesmo com orçamento municipal superior a R\$ 600 milhões. Dessa forma, pacientes são obrigados a percorrer mais de 200 quilômetros até a capital para realizar exames. Além disso, manifestou insatisfação com a omissão dos Vereadores locais diante da situação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

Weliton Prado (PSD - MG) - O Deputado celebrou o início das operações do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU) em Uberlândia (MG), previsto para 27 de maio de 2026, ressaltando que a cidade era a única do Brasil com mais de 500 mil habitantes sem o serviço. Informou que garantiu R\$ 4,7 milhões em emendas impositivas para financiar o primeiro ano de funcionamento. Além disso, destacou investimentos em saúde no Município, como o novo Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com 249 leitos e R\$ 130 milhões em recursos, o primeiro hospital de reabilitação de alta complexidade do País, o centro de saúde do homem, com R\$ 20 milhões, e o centro de saúde da mulher, com mais de R\$ 25 milhões já disponíveis.

Vicentinho Júnior (PSDB - TO) - O Deputado registrou a presença do Prefeito reeleito de Pindorama do Tocantins (TO), Tiago, e de Vereadores do Município, que visitavam o Plenário da Câmara dos Deputados. Destacou a Lagoa do Japonês, localizada naquele Município, como ponto turístico de destaque nacional e elogiou os representantes locais como uma nova geração de políticos dedicados ao serviço público, em Brasília em busca de recursos para o Município.

André Fernandes (PL - CE) - O Deputado acusou a Esquerda de hipocrisia, argumentando que partidos como o PT defendiam o fim da escala 6 por 1 e a adoção da escala 4 por 3, mas passaram a criticar o PL ao ver o partido apoiar essa mesma proposta. Afirmou ainda que o PL votará a favor da escala 4 por 3 antes de votar a escala 5 por 2 com o objetivo de expor a contradição dos adversários, e negou qualquer intenção de obstrução ou tumulto.

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado alertou os moradores de Seropédica (RJ) sobre a cassação e a inelegibilidade do Prefeito Lucas Lalau, apontado como responsável pelo desaparecimento de recursos públicos, abandono de servidores e ausência de investimentos em saúde e educação no Município. Além disso, assinalou que a Polícia Federal e o Ministério Público Federal já atuam no caso e comparou a situação à queda do ex-Governador Wilson Witzel. Por fim, advertiu que a distribuição de cargos pelo Estado do Rio não impediria o fim das irregularidades em Seropédica (RJ).

Jilmar Tatto (PT - SP) - O Deputado celebrou o dia 27 de maio de 2026 como uma data histórica, marcada pela aprovação do fim da escala 6 por 1 e da jornada de 40 horas semanais sem redução de salário. Resgatou a trajetória da luta trabalhista brasileira, desde a greve geral de 1917, passando pela CLT de 1943 e pela Constituição de 1988, destacando que foram necessários 38 anos para se chegar àquela conquista. Ressaltou o significado prático da mudança para os trabalhadores, que passariam a ter dois dias de descanso garantidos para conviver com a família e cuidar da vida pessoal. Por fim, atribuiu a vitória à organização do movimento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

social e ao povo brasileiro, defendendo que o crescimento do País deve vir acompanhado de distribuição de renda e redução das desigualdades sociais.

Orlando Silva (PCdoB - SP) - O Deputado celebrou a votação histórica do fim da escala 6 por 1, defendendo a redução da jornada sem corte de salários ou direitos como uma conquista de décadas do movimento sindical e social. Destacou que a medida ampliaria o tempo de descanso, convívio familiar, estudo e lazer, beneficiando especialmente mulheres e homens negros submetidos a jornadas extenuantes e longos deslocamentos, especialmente em cidades como São Paulo (SP). Argumentou ainda que a redução para 40 horas semanais poderia gerar milhões de empregos, citando estudo da Unicamp, e atribuiu a vitória à luta dos trabalhadores, dos sindicatos e ao Presidente Lula.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada celebrou a derrubada da escala 6 por 1 e relembrou a luta histórica dos trabalhadores por 40 horas semanais desde a Constituinte de 1987, destacando o papel do então Deputado e hoje Presidente Lula nas negociações sobre direitos trabalhistas e greve. Argumentou que a redução da jornada era uma reivindicação antiga e legítima, sem prejuízo à produção, e afirmou que a escala 6 por 1 carregava heranças da lógica escravocrata, especialmente sobre trabalhadores pobres, negros e negras. Por fim, disse que a conquista refletia a correlação de forças possível naquele momento e reforçou seu compromisso com a defesa da classe trabalhadora.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado parabenizou a Câmara e a classe trabalhadora pelo avanço da Proposta de Emenda à Constituição que põe fim à escala 6 por 1, manifestando confiança na aprovação da proposta. Destacou a importância de garantir pelo menos dois dias de descanso semanal, sem redução salarial, para saúde, lazer e convivência familiar. Defendeu que o trabalho é o que produz a riqueza da sociedade e, por isso, deve ser valorizado com redução da carga de trabalho e preservação dos direitos.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada relatou a dificuldade de conciliar a vida parlamentar com a maternidade para destacar como a escala 6 por 1 afeta especialmente as mulheres, em particular as mães solo. Também evocou sua experiência como atendente de telemarketing e professora para ilustrar as condições de trabalho extenuantes e a exploração enfrentada por diversas categorias essenciais. Argumentou que trabalhadores como caixas, farmacêuticos, motoristas, enfermeiras e professoras sustentam o País, mas são privados de convívio familiar e têm a saúde mental afetada pela jornada. Concluiu afirmando que o fim da escala 6 por 1 seria uma conquista histórica para proteger trabalhadores e trabalhadoras e que a extrema direita seria derrotada naquele debate.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

Aluisio Mendes (REPUBLICANOS - MA) - O Deputado parabenizou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição que extingue a escala 6 por 1 na Comissão Especial, elogiando o trabalho do relator, Deputado Léo Prates, por garantir mais qualidade de vida aos trabalhadores sem prejudicar o empresariado. Além disso, cobrou do Senado Federal, em especial do Senador Alcolumbre, a indicação de relator para a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025 (PEC da Segurança Pública), aprovada pela Câmara em menos de dois meses, e criticou a inércia do Senado diante do avanço do crime organizado no País. Por fim, questionou a omissão da imprensa brasileira sobre o tema.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado criticou o papel do Congresso, dizendo que muitas das leis aprovadas pela Câmara acabam sendo derrubadas pelo Supremo Tribunal Federal. Em seguida, comentou a nova redação da Lei da Ficha Limpa, afirmando que ela fixa o início da inelegibilidade a partir da condenação em segunda instância, e alegou que a aplicação dessa regra estaria configurando perseguição política ao ex-Governador José Roberto Arruda. Disse ainda esperar que a situação seja revertida no Superior Tribunal de Justiça.

Cleber Verde (MDB - MA) - O Deputado registrou a aprovação, na Comissão Especial, da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que encerra a escala 6 por 1 e reduz a jornada sem corte salarial. Defendeu que a medida dará mais tempo para o convívio familiar, especialmente aos domingos, e afirmou confiar que o empresariado saberá se adaptar. Por fim, informou que a proposta seguirá para votação em dois turnos no Plenário, com implementação gradual: 42 horas após a promulgação e 40 horas após 12 meses.

Arlindo Chinaglia (PT - SP) - O Deputado alertou para contradições no posicionamento de integrantes do PL sobre a escala 4 por 3, apontando que 62 Parlamentares do partido assinaram a Emenda nº 1, que prevê dez anos de transição e permite ampliação da jornada em 30%, o que resultaria em até 52 horas semanais. Além disso, citou declarações do Senador Rogério Marinho e do Senador Flávio Bolsonaro contrárias à PEC 6 por 1, bem como falas de um Deputado do PL que associou trabalho exaustivo a democracias maduras. Por fim, assinalou que tais posições representam um retrocesso para os trabalhadores.

Carol Dartora (PT - PR) - A Deputada defendeu o fim da escala 6 por 1, caracterizando-a como mecanismo de exaustão física, emocional e social que compromete a qualidade de vida dos trabalhadores. Destacou que mulheres negras e periféricas são as mais afetadas, por ocuparem empregos precarizados no comércio, na saúde e nos serviços de cuidado. Além disso, argumentou que trabalhadores adoecidos produzem menos e têm a dignidade violada, e reafirmou apoio à construção de relações de trabalho justas e igualitárias no País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada defendeu a aprovação da jornada de trabalho no modelo 5 por 2, classificando a escala 6 por 1 como exaustiva e prejudicial à saúde física e mental dos trabalhadores. Citou exemplos de trabalhadoras do comércio e da enfermagem para ilustrar as condições adversas enfrentadas, além de criticar a suspensão do piso da enfermagem pelo Supremo Tribunal Federal. Ademais, defendeu que a nova jornada seja estendida a servidores públicos, profissionais de saúde e farmacêuticos. Por fim, registrou a visita do padre Júlio Lancelotti à Comissão de Direitos Humanos.

Juninho do Pneu (PSDB - RJ) - O Deputado manifestou apoio ao fim da escala 6 por 1 sem redução salarial, argumentando que o trabalhador brasileiro merece mais qualidade de vida, tempo com a família e condições dignas de trabalho. Além disso, defendeu a redução da jornada como forma de promover equilíbrio, saúde mental e avanço nas relações trabalhistas, beneficiando milhões de brasileiros.

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - O Deputado celebrou a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho, destacando que a votação em curso representa o maior avanço em direitos trabalhistas desde a Constituição de 1988. Defendeu a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e o fim da escala 6 por 1, apontada como prejudicial às famílias e à qualificação profissional. Além disso, ressaltou o fortalecimento da negociação coletiva via sindicatos e atribuiu os avanços à mobilização dos trabalhadores e ao compromisso do Presidente Lula com a pauta.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada criticou o sistema de votação remota implementado na Câmara dos Deputados pelo Presidente Hugo Mota, argumentando que a possibilidade de Parlamentares votarem à distância, sem presença física no Plenário, prejudica o debate político. Além disso, relatou que Deputados de diversos espectros políticos confirmaram que o debate democrático era mais qualificado antes dessa modalidade. Por fim, defendeu a revisão urgente dessa prática.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado criticou o PT e a Esquerda por contradição na defesa da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho, apontando que, após anos sem pautar a redução da jornada de trabalho, o tema surgiu a dois meses das eleições. Declarou apoio do PL à proposta e defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2025, que altera o Art. 7º da Constituição Federal para prever a possibilidade de opção pelos empregados quanto à jornada de trabalho, podendo escolher entre o regime comum previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ou um regime flexível baseado em horas trabalhadas, de autoria



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

do Deputado Marcon. Além disso, criticou a carga tributária do Governo Lula, com 46 impostos criados em três anos e meio, e convocou a votação da matéria para evidenciar quem, de fato, defende o trabalhador.

Eduardo Bismarck (PV - CE) - O Deputado registrou apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Além disso, destacou uma conquista para os moradores do Litoral Leste e do Vale do Jaguaribe, no Ceará. Relatou que, após anos de luta contra a má prestação do serviço de ônibus intermunicipal, a Agência Reguladora do Estado do Ceará (ASSE) anunciaria o espelhamento das rotas da BR-116 e do Litoral Leste, permitindo que as empresas Guanabara, Via Metro e Princesa do Crateus concorressem com a atual operadora São Benedito. Por fim, agradeceu à ASSE e ao Governador Helmano de Freitas pela sensibilização com a causa.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado agradeceu ao povo paraibano e aos Parlamentares pelo reconhecimento recebido pelo quarto ano consecutivo como melhor Parlamentar da Paraíba e décimo nono melhor do Brasil entre os 513 Deputados federais. Além disso, destacou a atuação do gabinete em Brasília e na Paraíba, com proposições em benefício da população brasileira, e reafirmou o compromisso com o mandato e com a liderança da Oposição na Câmara dos Deputados.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho, comparando a medida a marcos históricos de 1932 e 1988. Criticou a Oposição por resistir à proposta e apontou contradições da Direita em relação à isenção do Imposto de Renda, que teria permanecido em R\$ 1.900,00 durante o Governo anterior, enquanto o Governo atual elevou o limite para R\$ 5.000,00. Por fim, afirmou que a redução da jornada será aprovada sem redução salarial, garantindo mais dignidade aos trabalhadores.

Ricardo Barros (PP - PR) - O Deputado declarou apoio ao acordo aprovado na Comissão sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho, destacando que o texto reflete o debate público e a vontade da maioria. Ressaltou que o resultado representa o melhor possível naquele momento, com transição prevista e possíveis alterações no Senado.

Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ) - A Deputada defendeu a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho, apontando-a como a pauta mais relevante para a classe trabalhadora. Criticou Deputados do PL por disseminar desinformação sobre a escala 4 por 3 e alertou para emendas que, na área da saúde, poderiam



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

ampliar a flexibilização de jornadas e prejudicar profissionais do setor. Além disso, argumentou que a redução da jornada beneficiaria as mulheres, ampliaria o tempo com a família e abriria novas vagas no mercado de trabalho.

José Airton Félix Cirilo (PT - CE) - O Deputado defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho, classificando a medida como uma das maiores conquistas da classe trabalhadora brasileira. Destacou que o Brasil permanece defasado em relação a outros países e ressaltou os benefícios para trabalhadoras rurais e mulheres, que acumulam jornadas domésticas e profissionais. Além disso, associou a atual carga horária a uma cultura histórica de exploração e concluiu com a reafirmação do apoio à proposta do Governo do Presidente Lula.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado classificou como um dos maiores absurdos da história a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho, em votação na Casa. Citou a Organização Internacional do Trabalho (OIT) para sustentar que nenhum País no mundo adota tal restrição e criticou a autoria da proposta, atribuída a uma Parlamentar sem experiência no mercado de trabalho formal. Por fim, apelou ao bom senso dos colegas para rejeitar a matéria.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado declarou oposição à Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho, classificando-a como populismo e demagogia, e traçou paralelo com a inclusão dos direitos das empregadas domésticas na Constituição no Governo Dilma, que resultou em aumento da informalidade. Argumentou que a redução real da jornada de trabalho exige corte de gastos e de impostos, e assinalou que o trabalhador brasileiro destina três dias semanais ao pagamento de tributos. Além disso, criticou a baixa adesão dos parlamentares à proposta de corte de privilégios do Legislativo, do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada lamentou casos de trabalhadores assassinados por forças policiais após objetos cotidianos serem confundidos com armas, como tripés, guarda-chuvas, pedaços de madeira, peças de skate, macacos hidráulicos e Bíblias. Citou vítimas como Rodrigo Alexandre, Jefferson de Araújo, Carlos Augusto, Thiago Guimarães e Antônio Marcos, em ocorrências registradas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Além disso, assinalou que a violência policial contra trabalhadores representa mais uma forma de ataque à classe trabalhadora brasileira.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

Denise Pessôa (PT - RS) - A Deputada defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho, apresentando a medida como reparação histórica às mulheres negras, que trabalham mais e ganham menos no País. Homenageou os Deputados Alencar, Léo, Reginaldo e a Deputada Erika pelo trabalho na proposta e criticou a Extrema Direita por atacar direitos trabalhistas e tentar, de última hora, apropriar-se da pauta. Além disso, citou exemplos de países como França, Chile e México, que reduziram jornadas sem perda de produtividade, e concluiu que trabalhadores descansados produzem mais e vivem melhor.

Eli Borges (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado afirmou que votará a favor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho, em cumprimento a um compromisso de 9 mandatos. Além disso, alertou que a PEC deve contemplar também os empregadores, pois a geração de empregos é condição essencial para que os trabalhadores se beneficiem das novas escalas.

Gervásio Maia (PCdoB - PB) - O Deputado celebrou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho, comparando-o à aprovação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas durante o Governo Dilma Rousseff. Argumentou que trabalhar seis dias com apenas um de folga é desumano, pois impede a convivência familiar e gera esgotamento. Além disso, atribuiu à pressão popular a chegada da pauta ao Plenário e destacou que a medida representa o rompimento com raízes históricas da escravidão no País. Por fim, manifestou satisfação por estar do lado certo da história.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado relatou a convocação do Ministro da Segurança Pública e Justiça à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (Credem) em razão de condutas do Diretor-Geral da Polícia Federal, a quem apontou como atuante de forma político-partidária em favor do Governo Lula. Citou ainda o caso de um delegado expulso dos Estados Unidos por condutas consideradas inadequadas pelas autoridades norte-americanas e mencionou o Delegado Fábio Schorr. Por fim, cobrou a substituição do Diretor-Geral da Polícia Federal.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado argumentou que a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho, não alcança os 38 milhões de trabalhadores informais, que representam 37% dos brasileiros. Além disso, apontou que a proposta prejudica os 10 milhões de trabalhadores comissionados, como vendedores e corretores de imóveis, que optam por jornadas mais longas em períodos de maior demanda, como o mês de dezembro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

Carlos Zarattini (PT - SP) - O Deputado criticou o que classificou como postura contraditória do PL em relação à Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Assinalou que o partido atuou contra a proposta e chegou a apresentar emenda com prazo de implantação de 10 anos, mas passou a defender uma jornada de 36 horas sem prazo definido. Apontou essa mudança de posição como tentativa de criar confusão entre os trabalhadores. Por fim, contrastou as reformas previdenciária e trabalhista do governo anterior com as conquistas do Governo Lula.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado criticou a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho, classificando-a como enganosa para o trabalhador brasileiro. Também questionou a eficácia das políticas sociais do Governo Lula, como o Bolsa Família e o Valegas, argumentando que tais medidas não reduzem a pobreza. Por fim, declarou defender os trabalhadores contra o que chamou de engodo.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado criticou o PL e associou o pré-candidato do partido a denúncias de corrupção e pedidos de recursos ao empresário Daniel Vorcaro. Afirmou que integrantes da legenda permaneceram em silêncio diante das acusações e cobrou posicionamento sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Acusou o partido de apresentar emendas que ampliariam a carga de trabalho sem pagamento de horas extras e citou proposta apelidada de “bolsa patrão”, que destinaria recursos públicos a empregadores. Também questionou emenda apoiada por parlamentares do PL que previa transição de 10 anos para redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

Alfredinho (PT - SP) - O Deputado criticou a postura do Partido Liberal no debate sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, da jornada 6 por 1, apontando que o partido sabotou as discussões ao não comparecer às audiências da comissão e ao se posicionar contra a redução da jornada. Além disso, assinalou que 170 deputados assinaram proposta para ampliar a jornada para 52 horas, com 62 deles vinculados ao PSD, e condenou a iniciativa posterior do partido de propor o modelo 4 por 3 como contraditória.

Natália Bonavides (PT - RN) - A Deputada destacou que a população de Natal (RN) se manifestava nas ruas pelo fim da escala 6 por 1. Ressaltou que a comissão responsável pelo tema realizou debates relevantes e que o relatório da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, estava pronto para apreciação da Casa. Além disso, criticou a Direita por manobras contrárias à proposta e reafirmou que a posição do grupo é ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

lado do povo, especialmente das mulheres brasileiras, que têm direito à dignidade e ao tempo para cuidar dos filhos.

Alfredinho (PT - SP) - O Deputado criticou o Partido Liberal (PL), apontando que a proposta de emenda "4 por 3" seria uma tentativa de enganar os trabalhadores, e questionou a ausência do Líder do partido nas reuniões da comissão. Além disso, assinalou que Deputados do PL estariam envolvidos em crimes e, mesmo assim, se apresentariam como defensores da honestidade. Por fim, manifestou expectativa pela aprovação das 40 horas semanais de trabalho no Plenário.

Átila Lins (PSD - AM) - O Deputado manifestou apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8, de 2025, que prevê o fim da escala de trabalho 6 por 1, com votação prevista no Plenário. Argumentou que a escala vigente não reflete as necessidades atuais dos trabalhadores nem os desafios contemporâneos das relações de trabalho. Além disso, destacou as negociações conduzidas pelo Presidente da Câmara, Hugo Mota, e pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e manifestou expectativa pela aprovação da proposta.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada celebrou a aprovação, na Comissão Especial, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que acaba com a escala 6 por 1. Anunciou que o coletivo Educação em Primeiro Lugar, do qual faz parte, luta pela aprovação do J30 para o magistério e o quadro de apoio. Além disso, apelou pela votação da PEC nº 555, de 2006, e da PEC nº 6, de 2024, que visam acabar com o confisco de aposentados e pensionistas, bem como pela pauta do Projeto de Lei nº 2.531, de 2021, no Senado Federal.

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado defendeu a aprovação de Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que extingue a escala 6 por 1, argumentando que a redução da jornada de trabalho eleva a produtividade e combate as desigualdades. Além disso, destacou dados que apontam crescimento no número de trabalhadores afastados por questões psicossociais, de 100 mil antes da pandemia para 545 mil em 2025. Por fim, afirmou que a medida beneficia 37,8 milhões de brasileiros que mais trabalham e menos ganham.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado desafiou o líder do Governo, Deputado Reginaldo, a retornar ao Plenário em maio de 2027 para verificar os dados do IBGE sobre a taxa de informalidade no trabalho. Apontou que 37% dos trabalhadores brasileiros são informais, o que representa 38 milhões de pessoas sem carteira assinada, e criticou o Governo do PT por desconsiderar esse contingente. Por fim, manifestou a expectativa de que esse índice subirá até lá.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada defendeu a redução da jornada de trabalho 6 por 1, destacando os baixos índices de desemprego e informalidade no Governo Lula. Criticou o que classificou como manobras do PL para adiar ou inviabilizar a proposta, como a emenda com prazo de 10 anos e a questão de ordem para apensamento de nova Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Além disso, argumentou que a medida beneficia famílias, crianças e idosos, e associou a jornada excessiva ao aumento de licenças por transtornos mentais, que já superam 500 mil casos no País.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou a carga tributária do Governo Lula, afirmando que, em três anos e quatro meses, foram criados novos impostos quase 50 vezes, o maior número da história do Brasil. Além disso, anunciou o lançamento de um "revogaço" de projetos contra essas medidas e cobrou posicionamento do Congresso Nacional em defesa da população. Por fim, alertou os cidadãos sobre a diferença entre o Lula candidato e o Lula Presidente.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado manifestou apoio à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que extingue a escala 6 por 1, criticando o que classificou como mudança oportunista de posição da Direita, que teria passado a defender a medida apenas ao perceber sua iminente aprovação. Além disso, traçou um paralelo histórico entre os debates atuais sobre jornada de trabalho e lutas anteriores como o abolicionismo e o movimento operário do século XIX, posicionando a Esquerda como defensora histórica dos trabalhadores e a Direita como aliada dos interesses patronais. Por fim, reafirmou a posição do PSOL pela redução da jornada para 36 horas semanais, com aumento salarial proporcional aos ganhos de produtividade, e concluiu afirmando que o povo reconhece quem esteve ao seu lado ao longo do tempo.

Padre João (PT - MG) - O Deputado apontou contradição do Partido Liberal (PL) ao criticar a escala 5 por 2 e, em seguida, propor a escala 4 por 3, classificando a postura como hipocrisia e contrária aos trabalhadores e às famílias brasileiras. Também assinalou que a única família defendida pelo partido seria a família bolsonarista e relacionou o escritório de advocacia de Flávio Bolsonaro a irregularidades no INSS, apontando prejuízos a aposentados.

ORDEM DO DIA

Júnior Ferrari (PSD - PA) - O Deputado preferiu parecer ao Projeto de Lei nº 699, de 2023, que institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert), altera as Leis nº 10.925, de 23 de julho



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

de 2004, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e dá outras providências.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado questionou o conteúdo da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, em votação, argumentando que a proposta representa um equívoco para a classe trabalhadora, pois resultaria na redução de salários.

Júnior Ferrari (PSD - PA) - O Deputado proferiu parecer às emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 699, de 2023, que institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert), altera as Leis nº 10.925, de 23 de julho de 2004, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 699, de 2023, que institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert), altera as Leis nº 10.925, de 23 de julho de 2004, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e dá outras providências.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado reconheceu a dependência brasileira de fertilizantes importados, com mais de 85% do consumo proveniente de países como Rússia, China, Marrocos e Belarus. Contudo, apontou que, embora o diagnóstico do Profert seja correto, a solução proposta no Projeto de Lei nº 699, de 2023, é equivocada, pois se baseia em renúncia fiscal, desconsiderando os reais gargalos: escassez de gás natural, baixa capacidade logística, acesso limitado a reservas minerais e ausência de contrapartidas ambientais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 699, de 2023, que institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert), altera as Leis nº 10.925, de 23 de julho de 2004, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e dá outras providências.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 699, de 2023, que institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert), altera as Leis nº 10.925, de 23 de julho de 2004, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e dá outras providências. Além disso, registrou protesto contra a PEC que propõe o fim da escala 6 por 1, classificando-a como "tóxica e demagógica", e questionou a viabilidade econômica da proposta,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

argumentando que a redução da jornada sem redução salarial não encontra respaldo na realidade, uma vez que trabalhadores com menor renda não teriam condições de usufruir do tempo livre com tranquilidade.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado criticou a venda das fábricas de fertilizantes durante o Governo Bolsonaro, apontando a privatização da Fafen como fator que elevou os custos dos insumos para o agricultor, agravada pela guerra na Ucrânia. Em contraposição, destacou que o Governo Lula retoma a produção nacional de fertilizantes, defendendo a soberania brasileira e a redução dos custos para o agronegócio.

Eli Borges (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado criticou a dependência histórica do Brasil na importação de insumos agrícolas e responsabilizou os Governos de Esquerda, que administraram o País por 22 anos, pela ausência de uma política industrial robusta no setor. Além disso, ressaltou a relevância do agronegócio, responsável por um terço do PIB nacional e por sustentar a economia durante a pandemia de Covid-19. Por fim, manifestou apoio ao Projeto de Lei nº 699, de 2023, em votação, por entender que representa avanço na soberania nacional e na redução dos custos do agronegócio.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada o substitutivo do Projeto de Lei nº 699, de 2023, que institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert), altera as Leis nº 10.925, de 23 de julho de 2004, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e dá outras providências.

Arnaldo Jardim (CIDADANIA - SP) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 2.951, de 2024, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.951, de 2024, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural. Também criticou a Proposta de Emenda à Constituição nº 221., de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Ademais, condenou a Esquerda por, segundo o orador, iludir trabalhadores com promessas de menor jornada sem redução salarial, e manifestou expectativa de que a proposta seja rejeitada pelo Senado.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.951, de 2024, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

2003, e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.951, de 2024, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.951, de 2024, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.951, de 2024, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural. Além disso, manifestou contrariedade à retirada de recursos do Proagro para o seguro rural e anunciou a apresentação de destaque com esse objetivo.

Eli Borges (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.951, de 2024, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural. Por fim, rebateu críticas à Direita à Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho, afirmando que a previsão de 10 anos constava no projeto original, que deveria ter sido implementado em 2019.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.951, de 2024, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 2.951, de 2024, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 2.951, de 2024, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural, destacando as perdas de safras causadas por eventos climáticos extremos, como estiagens e enchentes no Rio Grande do Sul. Ressaltou que a proposta, iniciada pela Senadora Tereza Cristina e aprovada no Senado, amplia a cobertura do seguro rural para a pecuária, a pesca, a aquicultura e a agricultura. Por fim, conclamou o apoio dos colegas para a aprovação da matéria na Câmara.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado encaminhou a votação do art. 6º do substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.951, de 2024, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de quebra de interstício da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Parabenizou a comissão, presidida pelo Deputado Alencar Santana, e o relator Deputado Reginaldo Lopes pelo trabalho realizado. Além disso, argumentou que a medida favorece a saúde, a produtividade e a qualidade de vida dos trabalhadores.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada discutiu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Celebrou a votação da PEC que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais, resgatando a trajetória histórica dessa luta desde a Conclat de 1981 e a Constituinte. Destacou que mais de 38 milhões de trabalhadores CLT cumprem jornadas superiores a 44 horas e ressaltou o impacto desproporcional sobre as mulheres, que acumulam trabalho doméstico não remunerado. Além disso, mencionou a existência de jornadas específicas para categorias como enfermagem e aeronautas, todas abrangidas pelo limite máximo proposto. Por fim, criticou a Extrema Direita por votar contra a medida na Comissão Especial e convocou o Plenário à aprovação do acordo construído com as centrais sindicais.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Manifestou oposição à PEC sobre a escala 6 por 1, argumentando que a medida não alteraria a realidade dos trabalhadores e que a aprovação representaria uma promessa falsa. Defendeu que a solução real exigiria cortes de impostos, de privilégios tributários para grandes empresários, de emendas parlamentares e de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

supersalários de juízes e promotores. Além disso, criticou a recusa do Parlamento em debater os R\$ 200 bilhões em benefícios fiscais e os R\$ 60 bilhões em emendas, e apontou que menos de 30 Deputados assinaram a emenda que propôs para reduzir tais privilégios. Por fim, rejeitou também as contrapropostas do Partido Liberal, classificando-as como irresponsabilidade.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Saudou o movimento sindical brasileiro e as centrais sindicais, contextualizando a luta pela redução da jornada de trabalho desde a Revolta de Haymarket, no início do século XX, até os dias atuais. Defendeu o fim da escala 6 por 1 sem redução de salário, apontando os danos físicos e mentais causados pela superexploração do trabalho, especialmente para mulheres e operários. Além disso, ressaltou que a exaustão prejudica a produtividade e reafirmou o compromisso do PCdoB com a construção da consciência de classe e com a conquista de direitos trabalhistas.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada discutiu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Manifestou contrariedade à PEC que reduz a jornada de trabalho, argumentando que a média semanal brasileira já é de 38 horas, resultado de acordos coletivos. Ressaltou que a imposição de uma jornada única a todos os setores contraria a liberdade e a livre iniciativa previstas na Constituição, prejudicando segmentos com dinâmicas distintas, como saúde, *call centers* e pesca. Além disso, alertou que, sem aumento de produtividade, a medida geraria desemprego, inflação e informalidade, concluindo que a proposta representa populismo prejudicial ao trabalhador brasileiro.

Renildo Calheiros (PCdoB - PE) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Defendeu a PEC que propõe o fim da escala seis por um e a redução da jornada de trabalho sem diminuição salarial, argumentando que o Brasil historicamente relegou os trabalhadores em favor de uma elite econômica. Traçou um paralelo com conquistas anteriores, como o 13º salário e as férias remuneradas, também contestadas à época. Além disso, afirmou que a medida ampliaria o convívio familiar, o lazer e, por consequência, a produtividade. Por fim, conclamou os Parlamentares a votarem a favor da proposta como um ato concreto de compromisso com o povo brasileiro.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Criticou a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

proposta de proibição do trabalho no sexto dia, apontando incoerência ao tratar a medida como dever imposto, e não como direito do trabalhador. Argumentou que a restrição prejudicará trabalhadores informais e elevará preços de produtos como pão e remédios, onerando justamente os mais vulneráveis. Também condenou a alta carga tributária, a taxa Selic a 15% e os lucros bancários, além de classificar a proposta como eleitoreira. Por fim, anunciou voto contrário em nome do Partido Novo.

Dandara (PT - MG) - A Deputada discutiu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Compartilhou experiências pessoais como ex-caixa da Riachuelo para contextualizar os impactos da escala 6 por 1 sobre a classe trabalhadora, com ênfase nas mulheres negras e periféricas, que acumulam jornadas exaustivas. Destacou as tentativas frustradas de setores contrários à redução da jornada e reconheceu o papel do Presidente Lula e do Deputado Reginaldo Lopes na condução da pauta. Por fim, situou a aprovação da PEC do fim da escala 6 por 1 como marco histórico, ao lado da Lei Áurea, da licença-maternidade e da CLT, e afirmou ser a única Deputada da região a assinar a proposta desde o início.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1. Ademais, criticou a corrupção do Governo Lula. Além disso, defendeu a PEC nº 40, de 2025, de autoria do Deputado Mauricio Marcon, que altera o art. 7º da Constituição Federal para prever a possibilidade de opção pelos empregados quanto à jornada de trabalho, podendo escolher entre o regime comum previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou um regime flexível baseado em horas trabalhadas. Ao final, destacou que a Oposição no Senado apresentará também uma PEC para estabelecer o horário flexível e que o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, encaminhará prontamente à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1. Ademais, recriou a exploração política da PEC em ano eleitoral e criticou o Presidente Lula, o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Esquerda por políticas assistencialistas.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada discutiu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

Sérgio Turra (PP - RS) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1. Ademais, criticou o Presidente Lula pelo uso eleitoreiro da PEC e pela disseminação de notícias falsas que dividem o povo.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1. Ademais, celebrou a construção de acordo político liderado pelo Presidente Lula, pelo Presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta, pelo Deputado Alencar Santana e pelo Relator Deputado Léo Prates para viabilizar a proposta. Além disso, afirmou que a medida beneficiará trabalhadores, famílias e o setor produtivo, sem redução salarial. Ao final, criticou a Extrema Direita por defender período de transição de 10 anos e jornada de até 52 horas semanais, bem como por propor a escala 4 por 3 e a adoção imediata das 40 horas.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1. Ademais, celebrou a atuação da Federação Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Rede Sustentabilidade (REDE), do movimento Vida Além do Trabalho, de sindicatos, centrais sindicais e do Vereador Rick Azevedo na mobilização pela pauta. Além disso, destacou que a aprovação da PEC representará avanço para garantir mais tempo aos trabalhadores para a família, a saúde e a vida. Ao final, criticou a Extrema Direita por tentar impedir a tramitação da PEC nº 221, de 2019, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes, e a PEC nº 8, de 2025, da Deputada Erika Hilton, ambas sobre a redução da jornada de trabalho.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1. Ademais, relembrou a atuação de Parlamentares e lideranças sindicais durante a Assembleia Nacional Constituinte na defesa da redução da jornada de trabalho e de outros direitos trabalhistas. Além disso, destacou que a PEC representa continuidade dessa luta histórica e contribuirá para ampliar o tempo de convivência familiar, descanso e qualidade de vida dos trabalhadores. Ao final, criticou a Oposição por se posicionar contra a medida e por defender que sua aprovação prejudicaria a economia do País.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado questionou o Presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta sobre a resposta à questão de ordem levantada a respeito da apensação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 40, de 2025, que altera o art. 7º da Constituição Federal para prever a possibilidade de opção pelos empregados quanto à jornada de trabalho, podendo escolher entre o regime comum previsto



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou um regime flexível baseado em horas trabalhadas, à PEC nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta indeferiu questão de ordem relativa à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1. Ademais, esclareceu que a apensação de proposições é ato discricionário da Presidência, sem dever regimental decorrente de mera correlação temática, e que inexistente prazo peremptório para apreciação de requerimentos dessa natureza. Além disso, confirmou a possibilidade de quebra de interstício entre os turnos de apreciação da PEC e considerou regular a apresentação de destaques e requerimentos procedimentais. Por fim, reiterou as normas da Câmara dos Deputados sobre traje adequado para permanência e circulação nos plenários, a proibição de cartazes, *banners*, faixas e materiais semelhantes no Plenário Ulysses Guimarães e a competência da Presidência para conduzir os trabalhos legislativos.

Paulo Pimenta (PT - RS) - O Deputado defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1. Ademais, associou a proposta à ampliação da qualidade de vida, do convívio familiar e da dignidade dos trabalhadores, especialmente das mulheres submetidas a jornadas mais extensas e salários mais baixos. Além disso, lembrou a atuação da Deputada Benedita da Silva na aprovação da PEC nº 478, de 2010, que ampliou os direitos das trabalhadoras domésticas e criticou o ex-Presidente Bolsonaro por ter sido o único Parlamentar a votar contra a medida. Ao final, celebrou a aprovação da PEC nº 221, de 2019, como conquista histórica da classe trabalhadora e do Governo do Presidente Lula.

Mauricio Marcon (PL - RS) - O Deputado criticou o Presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta por ter "engavetado" a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 40, de 2025, que altera o art. 7º da Constituição Federal para prever a possibilidade de opção pelos empregados quanto à jornada de trabalho, podendo escolher entre o regime comum previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou um regime flexível baseado em horas trabalhadas. Ademais, recriminou o Presidente Hugo Motta por descumprir compromissos assumidos com a Direita, impedir o debate sobre a referida PEC e atuar para inviabilizar a aprovação da escala 4 por 3. Por fim, associou a mudança de postura do Presidente Hugo Motta a denúncias envolvendo funcionária fantasma e emendas irregulares, bem como à intenção de lançar o pai como candidato ao Senado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

Augusto Coutinho (REPUBLICANOS - PE) - O Deputado parabenizou o Presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta pela condução da votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1. Ademais, celebrou a atuação do Relator Deputado Léo Prates, integrante da bancada do Republicanos, pela responsabilidade e pelo cuidado com as pessoas na condução da matéria.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1. Ademais, criticou a não apensação da PEC nº 40, de 2025, que altera o art. 7º da Constituição Federal para prever a possibilidade de opção pelos empregados quanto à jornada de trabalho, podendo escolher entre o regime comum previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou um regime flexível baseado em horas trabalhadas. Por fim, recriminou a Esquerda por pedir a verificação da votação do requerimento de encerramento para impedir votação nominal de destaque da Direita sobre a escala 4 por 3.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1. Ademais, criticou o Partido Liberal (PL) por obstruir a tramitação da matéria na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), na Comissão Especial e no Plenário. Além disso, recriminou a legenda por apoiar emenda que previa transição de 10 anos e jornada de até 52 horas semanais, além de defender reformas previdenciária e trabalhista contrárias aos interesses da classe trabalhadora.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado esclareceu que o texto original da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que dispõe sobre a redução da jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1, previa prazo de transição de 10 anos. Ademais, sustentou que esse texto pode ter induzido o Parlamentar do Partido Progressistas (PP) a apresentar proposição com o mesmo prazo de transição e levou Deputados do Partido Liberal (PL) a assiná-la inadvertidamente. Por fim, destacou que retirou sua assinatura tão logo percebeu o equívoco.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1.

Paulinho da Força (SOLIDARIEDADE - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento de discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, para reduzir a duração máxima semanal do trabalho.

Dorinaldo Malafaia (PDT - AP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento de discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, para reduzir a duração máxima semanal do trabalho.

Arlindo Chinaglia (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento de discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, para reduzir a duração máxima semanal do trabalho.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado criticou a condução da votação sobre a jornada de trabalho na Câmara. Afirmou que o Regimento Interno não foi respeitado ao não priorizar o projeto do Deputado Marcon, que tratava de matéria correlata sobre horas trabalhadas e remuneração. Também questionou o pedido de votação nominal feito pelo PT, afirmando que a estratégia teria relação com a futura discussão sobre a proposta de escala 4 por 3. Por fim, acrescentou que em uma eventual votação simbólica dessa matéria, não ficaria registrado o posicionamento individual dos Deputados, o que, segundo ele, dificultaria a identificação dos votos de cada bancada e Parlamentar.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

Pastor Sargento Isidório (AVANTE - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento de discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, para reduzir a duração máxima semanal do trabalho.

André Fernandes (PL - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento de discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, para reduzir a duração máxima semanal do trabalho.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada encaminhou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, para reduzir a duração máxima semanal do trabalho.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado apresentou questão de ordem para questionar a condução da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, em discussão, em primeiro turno. Afirmou que havia, sobre a Mesa, um destaque de preferência apresentado por partidos, entre eles PL e PSOL, e argumentou que o requerimento deveria ser apreciado antes da análise do mérito da proposta. Por fim, afirmou que o procedimento adotado não respeitou o entendimento previsto no Regimento Interno da Casa.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, para reduzir a duração máxima semanal do trabalho.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada encaminhou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Além disso, criticou setores da oposição, mencionando investigações envolvendo o Banco Master e acusações relacionadas ao filho do ex-Presidente Jair Bolsonaro.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado saudou os agentes comunitários de saúde presentes nas galerias e cobrou a pauta da aposentadoria da categoria, que representa mais de 400 mil trabalhadores no Brasil, atribuindo a omissão à falta de empenho do Governo. Além disso, apresentou destaque de preferência pela escala 4 por 3, argumentando que a proposta beneficia o trabalhador brasileiro com mais tempo para a família e o lazer, e questionou a coerência da Esquerda ao não apoiá-la. Por fim, condenou a elevada taxa de juros, apontando-a como favorável aos banqueiros, e assinalou que a manipulação de dados sobre homicídios mascara o avanço da violência no País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Além disso, condenou o que classificou como omissão do Governo diante de irregularidades no INSS e no Banco Master, questionando a coerência de um Governo que, a seu ver, protege investigados enquanto afirma defender o trabalhador.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado encaminhou a votação do destaque de preferência da Emenda Aglutinativa nº 1 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, para reduzir a duração máxima semanal do trabalho.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda Aglutinativa nº 1 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, para reduzir a duração máxima semanal do trabalho.

Paulo Azi (UNIÃO - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda Aglutinativa nº 1 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, para reduzir a duração máxima semanal do trabalho.

Túlio Gadêlha (PSD - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda Aglutinativa nº 1 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, para reduzir a duração máxima semanal do trabalho.

Isnaldo Bulhões Jr. (MDB - AL) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda Aglutinativa nº 1 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, para reduzir a duração máxima semanal do trabalho.

Augusto Coutinho (REPUBLICANOS - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação de Emenda Aglutinativa nº 1 à Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho.

Luciano Vieira (PSDB - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda Aglutinativa nº 1 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, para reduzir a duração máxima semanal do trabalho.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado parabenizou o Presidente da sessão pela pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, em discussão, e relatou visitas à Rodoviária de Brasília, onde ouviu trabalhadores — especialmente mulheres do Entorno do Distrito Federal — que expressaram o desejo de usar o dia adicional de folga para estar com a família. Defendeu que a medida resultará em aumento de produtividade, maior satisfação no trabalho e redução de gastos com saúde mental no Sistema Único de Saúde. Também destacou a presença de servidores da própria Câmara entre os beneficiados e classificou a aprovação como um salto civilizatório e uma conquista histórica da classe trabalhadora.

Erika Hilton (PSOL - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda Aglutinativa nº 1 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, para reduzir a duração máxima semanal do trabalho.

Dorinaldo Malafaia (PDT - AP) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda Aglutinativa nº 1, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Além disso, parabenizou a articulação que resultou em consenso na votação, com destaque para o Relator, Deputado Léo Prates e a condução do Presidente Hugo Motta. Classificou o resultado como derrota histórica da direita brasileira, que teria atuado nos bastidores para obstruir a aprovação de direitos trabalhistas. Além disso, saudou a classe trabalhadora pelo engajamento nas redes sociais e anunciou voto favorável do PDT em memória de Leonel Brizola e dos lutadores do País.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda Aglutinativa nº 1, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Em seguida, celebrou a aprovação da redução da jornada de trabalho para o modelo 5 por 2, conquista aguardada há 38 anos pelos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Por fim, classificou o momento como histórico para a Casa e como vitória do povo brasileiro.

Eduardo Bismarck (PV - CE) - O Deputado celebrou a votação histórica da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Ressaltou que a medida põe fim à escala 6 por 1, alinhando o Brasil a outros países e garantindo mais dignidade aos trabalhadores. Destacou que o modelo anterior privava milhões de brasileiros de tempo para a família, lazer e cuidados com a saúde. Enfatizou ainda que a mudança permitirá que os trabalhadores acompanhem os filhos, frequentem feiras e consultem médicos com mais qualidade de vida.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda Aglutinativa nº 1, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Além disso, destacou o empenho da bancada do PSOL e da REDE nas negociações pelas 36 horas, pela redução da carga horária das mulheres e pela inclusão do tempo de deslocamento no cômputo da jornada.

Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE - RJ) - O Deputado celebrou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Em seguida, destacou a medida como um ato de justiça para os trabalhadores brasileiros. Argumentou que a proposta permitirá maior convívio familiar e melhor desempenho profissional, além de gerar emprego e renda. Por fim, parabenizou o coletivo da Casa pela aprovação da matéria, que contribui para a construção de um Brasil mais justo e com oportunidades para todos.

Pastor Sargento Isidório (AVANTE - BA) - O Deputado defendeu a valorização dos trabalhadores e celebrou a atuação do Parlamento e do Governo Federal na construção de medidas voltadas à melhoria das condições de vida da população. Além disso, afirmou que o crescimento econômico depende do trabalho exercido pelos empregados, sustentando que empresas, comércio e indústria necessitam da força de trabalho para gerar desenvolvimento. Também criticou empresários, banqueiros e patrões que desconsideram os direitos e as necessidades dos trabalhadores. Ademais, argumentou que a redução das desigualdades exige sensibilidade social e respeito à classe trabalhadora. Além disso, destacou o empenho do ex-Ministro Rui Costa e do Senador Jacques Wagner na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019. Por fim, convocou trabalhadores e trabalhadoras a manterem a mobilização para preservar conquistas já alcançadas.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda Aglutinativa nº 1, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Em seguida, criticou a condução da votação de proposta, alegando que alterações formais em texto aglutinativo teriam servido para viabilizar uma manobra regimental e limitar o debate parlamentar. Além disso, afirmou que a matéria possuía motivação política e estaria sendo utilizada para fortalecer o Governo Federal e a imagem do Presidente da República. Também argumentou que a medida prejudicaria a economia, elevaria custos para empresas e trabalhadores, estimularia demissões e ampliaria a informalidade. Ademais, sustentou que a proposta restringiria a liberdade de escolha dos trabalhadores e agravaria problemas econômicos já existentes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

Kim Kataguiri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda Aglutinativa nº 1, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Além disso, declarou que a base do Governo buscou o Presidente Hugo Motta para apresentar uma emenda aglutinativa e evitar a votação direta sobre a escala 4x3, evidenciando a incoerência entre o discurso e o voto de Deputados do PT. Afirmou, ainda, ter votado contra a matéria, classificando-a como populismo.

Arlindo Chinaglia (PT - SP) - O Deputado defendeu a redução da jornada de trabalho e associou a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, a uma histórica reivindicação dos trabalhadores por melhores condições de vida, saúde e convivência familiar. Além disso, lembrou lutas trabalhistas internacionais e nacionais que resultaram em conquistas como férias, décimo terceiro salário e previdência social. Também argumentou que a ampliação do descanso beneficiaria especialmente os trabalhadores submetidos a jornadas extensas e longos deslocamentos. Ademais, contestou previsões de impactos negativos sobre a economia e citou estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que apontou efeitos semelhantes aos do aumento do salário mínimo. Por fim, celebrou a aprovação da proposta como uma vitória dos trabalhadores e da organização coletiva em defesa de direitos sociais.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado criticou a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, sobre redução da jornada de trabalho, e afirmou que o debate deveria priorizar produtividade, geração de renda e condições econômicas dos trabalhadores. Além disso, acusou o Governo Federal e partidos de Esquerda de utilizarem a pauta com objetivos eleitorais e de promoverem uma manobra regimental para impedir a apreciação de alternativa que previa escala de quatro dias de trabalho por três de descanso. Também argumentou que a medida poderia provocar aumento de custos, demissões, fechamento de empresas e elevação de preços ao consumidor. Ademais, relacionou dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores à carga tributária, à segurança pública, à saúde e à educação. Por fim, declarou apoio à votação da matéria, mas atribuiu aos defensores da proposta eventual responsabilidade por seus impactos econômicos.

André Fernandes (PL - CE) - O Deputado criticou a condução da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, sobre a redução da jornada de trabalho, e acusou o Governo Federal e partidos de Esquerda de utilizarem a pauta com finalidade eleitoral. Além disso, afirmou que houve manobra regimental para impedir a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025, que propunha a escala de quatro dias de trabalho por três de descanso. Também alegou que Parlamentares que antes defendiam a proposta recuaram após a manifestação favorável da Oposição. Ademais, defendeu uma



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

transição mais rápida para mudanças na jornada de trabalho e sustentou que o Partido Liberal apoiaria medidas voltadas à ampliação do descanso dos trabalhadores. Por fim, reiterou críticas ao Governo Federal, à Presidência da Câmara e à estratégia adotada durante a votação.

Erika Hilton (PSOL - SP) - A Deputada classificou como desonesta e teatral a postura da extrema direita no Plenário, ao questionar a credibilidade de Parlamentares que, após declararem publicamente contrariedade ao fim da escala 6x1, foram obrigados a mudar de posição. Além disso, afirmou que a votação da escala 5 por 2 ocorreu porque a Oposição teria obstruído a apreciação da proposta que previa a escala de quatro dias de trabalho por três de descanso. Também sustentou que os adversários políticos passaram a defender uma pauta que anteriormente rejeitavam, classificando essa mudança como contraditória. Ademais, rebateu críticas dirigidas à sua atuação parlamentar e defendeu a legitimidade da luta pela redução da jornada de trabalho. Por fim, manifestou apoio à classe trabalhadora, ao Presidente Lula e à continuidade da mobilização pelo fim da escala 6 por 1.

Paulo Pimenta (PT - RS) - O Deputado celebrou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Além disso, associou a votação à atuação do Governo Federal e à liderança do Presidente Lula na defesa de direitos sociais e trabalhistas. Também criticou adversários políticos ao relacioná-los a denúncias envolvendo o Banco Master, o banqueiro Daniel Vorcaro e fraudes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ademais, afirmou que a nova jornada garantiria mais dignidade aos trabalhadores sem redução salarial e destacou a conquista da jornada de 40 horas semanais. Por fim, reafirmou apoio às pautas trabalhistas e comemorou o resultado da votação como um marco para os trabalhadores brasileiros.

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Além disso, rejeitou o argumento de que a medida deveria ser analisada sob a ótica eleitoral, afirmando que disputas políticas devem ocorrer por meio de propostas e ideias, e não pela restrição de direitos dos trabalhadores. Também comparou o debate atual à votação do aumento do Bolsa Família em 2022, questionando a classificação de determinadas medidas como eleitoreiras. Ademais, sustentou que a redução da jornada de trabalho favoreceria a convivência familiar, a participação religiosa e a qualidade de vida dos trabalhadores. Por fim, destacou a convergência entre Parlamentares de diferentes correntes políticas em defesa da pauta trabalhista, homenageou Deputadas constituintes e manifestou apoio à classe trabalhadora brasileira.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

Túlio Gadêlha (PSD - PE) - O Deputado defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Além disso, criticou Parlamentares contrários à medida, acusando-os de apoiar propostas que ampliariam a carga horária semanal dos trabalhadores. Também argumentou que a redução da jornada para 40 horas semanais não comprometeria a produtividade, citando experiências internacionais e defendendo que trabalhadores com mais tempo de descanso, qualificação e convivência familiar tendem a apresentar melhor desempenho. Ademais, destacou os impactos do tempo de deslocamento, da urbanização e do avanço tecnológico sobre a saúde dos trabalhadores, mencionando o aumento de afastamentos por transtornos mentais. Por fim, atribuiu ao Presidente Lula e a setores progressistas a defesa histórica dos direitos trabalhistas e da melhoria das condições de vida da classe trabalhadora.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Além disso, celebrou a aprovação da redução da jornada para 40 horas semanais e o fim da escala 6 por 1, classificando a medida como uma conquista histórica dos trabalhadores brasileiros. Também lembrou a atuação da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, quando foi aprovada a redução da jornada de 48 para 44 horas semanais, e destacou a participação do então Constituinte Lula nas negociações em defesa dos direitos trabalhistas. Ademais, criticou a Oposição por ter combatido a proposta e mudado de posição diante da perspectiva de aprovação. Por fim, ressaltou que a medida ampliaria o tempo de descanso e convivência familiar dos trabalhadores, especialmente das mulheres.

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado celebrou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho. Ressaltou que a medida reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e dobra o descanso semanal remunerado, classificando-a como a maior conquista trabalhista desde a criação da CLT. Além disso, relatou experiência pessoal de mais de dez anos submetido a jornadas exaustivas e destacou que a proposta beneficiará 37,8 milhões de trabalhadores. Ademais, elogiou iniciativas de saúde mental voltadas ao ambiente de trabalho e agradeceu ao Presidente da Câmara, Hugo Mota, e ao Presidente Lula pelo apoio à aprovação da matéria.

Erika Hilton (PSOL - SP) - A Deputada celebrou a aprovação da redução da jornada de trabalho no País, destacando o fim da escala 6 por 1, que classificou como desumana e prejudicial às mulheres, às mães e aos jovens trabalhadores. Reconheceu o papel do Presidente Lula, dos movimentos sociais, do movimento VAT e da comunidade LGBTQIA+ na conquista. Além disso, homenageou o Vereador Ricardo Azevedo, o Deputado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

Reginaldo Lopes e o Presidente Alencar pela condução do processo. Por fim, afirmou que a vitória representou um avanço histórico para milhões de famílias brasileiras.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada celebrou o avanço da proposta de redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6 por 1, destacando o momento como histórico para a classe trabalhadora. Ressaltou a importância da luta sindical, da atuação de Parlamentares e movimentos sociais na defesa dos trabalhadores, especialmente das mulheres e mulheres negras submetidas a jornadas exaustivas. Ademais, afirmou que a Câmara demonstrou compromisso com pautas que impactam diretamente a vida da população e agradeceu ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo apoio histórico às causas trabalhistas e às políticas sociais. Também reforçou seu compromisso político com os trabalhadores e afirmou que o Brasil dá um passo importante em direção a melhores condições de vida e trabalho.

Inácio Arruda (PCdoB - CE) - O Deputado celebrou a aprovação do fim da jornada 6 por 1 como uma conquista histórica dos trabalhadores brasileiros, resgatando a trajetória das lutas trabalhistas desde a Constituição de 1988, que estabeleceu a jornada de 44 horas semanais. Relembrou iniciativas anteriores lideradas por ele e pelo então Deputado Paulo Paim para reduzir a jornada, que acabaram barradas no passado. Destacou também o papel decisivo das centrais sindicais, sindicatos e da mobilização popular para viabilizar o avanço da proposta, afirmando que a riqueza do País é produzida pelos trabalhadores. Por último, agradeceu aos Parlamentares envolvidos na condução da matéria e declarou que a aprovação representa uma grande vitória da classe trabalhadora brasileira e o encerramento da escala 6 por 1.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado afirmou que a aprovação da proposta de redução da jornada para 40 horas semanais e do fim da escala 6 por 1 representa uma conquista histórica dos trabalhadores brasileiros, resultado da mobilização sindical, dos movimentos sociais e da luta da classe trabalhadora. Destacou que o trabalhador é a força que move a economia nacional e lembrou que a última redução da jornada ocorreu na Constituição de 1988. Além disso, atribuiu o avanço da pauta às propostas apresentadas por Reginaldo Lopes e Erika Hilton, além do apoio do Presidente da Câmara Hugo Motta e da liderança do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem creditou o compromisso histórico com os direitos trabalhistas. Também elogiou a atuação dos Ministros Luiz Marinho e José Guimarães, além do Deputado Leo Prates nas negociações. Por fim, defendeu que os trabalhadores tenham mais tempo para viver, estudar, conviver com a família e buscar qualidade de vida além do trabalho.

Leo Prates (REPUBLICANOS - BA) - O Deputado afirmou que a aprovação da redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6 por 1 representa uma conquista do povo brasileiro, acima de disputas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

partidárias ou ideológicas. Destacou a liderança do Presidente da Câmara Hugo Motta, a quem atribuiu confiança e compromisso institucional para conduzir a pauta. Ressaltou que a proposta respeita os princípios originais da Constituição de 1988 ao substituir a jornada de 44 por 40 horas e ampliar o descanso semanal mínimo de um para dois dias. Também afirmou que a medida representa uma reforma voltada à qualidade de vida das famílias brasileiras e ao futuro das próximas gerações, permitindo maior convivência familiar e desenvolvimento humano. Agradeceu ainda a diversos Parlamentares, líderes partidários e integrantes do Governo, como Gleisi Hoffmann e Luiz Marinho, pelo diálogo e construção coletiva da proposta.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado apresentou questão de ordem sobre a decisão de prejudicar destaques, argumentando que estes eram claros. Argumentou que ao menos um dos destaques é de natureza supressiva — ou seja, não foi contemplado pela emenda aglutinativa — e, portanto, deveria ainda ser submetido a votação.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente classificou como histórica a aprovação da proposta que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais, com dois dias de descanso e manutenção dos salários, afirmando que a medida representa a maior mudança trabalhista desde a Constituição de 1988. Destacou que a reforma busca garantir mais qualidade de vida, saúde, convivência familiar e dignidade aos trabalhadores, especialmente às mulheres, que enfrentam jornadas múltiplas. Ressaltou que a proposta foi construída com diálogo entre Parlamento, Governo, trabalhadores e setor produtivo, prevendo uma transição gradual e medidas para proteger pequenas e microempresas. Por fim, argumentou que a redução da jornada pode aumentar a produtividade e diminuir problemas de saúde mental, defendendo que o desenvolvimento econômico deve caminhar junto à valorização do tempo e da vida das pessoas.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º da Constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º da Constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º da Constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º da Constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

Dorinaldo Malafaia (PDT - AP) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º da Constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho. Além disso, homenageou a própria mãe, balconista de supermercado que não podia estar com a família no Natal, e destacou que vários Parlamentares presentes tinham origem na classe trabalhadora e relatou a emoção de filhos de trabalhadores que se identificaram com o tema debatido no Plenário.

Ribeiro Neto (SOLIDARIEDADE - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º da Constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho.

Pastor Sargento Isidório (AVANTE - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º da Constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º da Constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho.

Eli Borges (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º da Constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º da Constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho.

Paulo Pimenta (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º da Constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado agradeceu aos Deputados Federais de Santa Catarina que votaram contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, destacando que dez dos dezesseis representantes do Estado se posicionaram de forma contrária à medida.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou a decisão da Polícia Federal de impor sigilo de 100 anos sobre a lista de visitantes do empresário Daniel Vorcaro durante sua prisão no âmbito da Operação Compliance Zero, que investiga uma fraude bilionária contra o sistema financeiro nacional. Argumentou que a justificativa de proteção de dados pessoais desvirtua a finalidade da Lei de Acesso à Informação, especialmente diante da gravidade do caso e das suspeitas de que Vorcaro teria tentado proteger aliados



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

influentes durante negociações de delação premiada. Ademais, defendeu que conhecer quem visitou o investigado é uma questão de interesse público e transparência, e não de privacidade, ressaltando que a sociedade brasileira tem o direito de fiscalizar possíveis relações políticas e institucionais ligadas ao caso.

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado, autor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, defendeu o fim da escala 6 por 1, argumentando que a medida representa uma dívida histórica com o trabalhador brasileiro. Relatou experiência pessoal como filho de trabalhadores rurais e ex-funcionário de padaria, onde chegou a cumprir 64 horas semanais. Apresentou ainda dados sobre adoecimento mental no trabalho, destacando o crescimento de 493% nos afastamentos por *burnout* entre 2021 e 2024, e o impacto desproporcional sobre mulheres e mulheres negras. Argumentou também que países mais produtivos não são os que mais trabalham, mas os que melhor trabalham, e traçou paralelo com conquistas históricas como a CLT de 1943 e a Constituição de 1988. Por fim, conclamou o Plenário a aprovar a PEC, afirmando que descanso é direito, e não luxo.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado registrou a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 5.868, de 2025, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que fortalece a proteção das pessoas com diabetes mellitus tipo 1. Destacou como principais avanços a garantia de acesso a medicamentos, insumos e equipamentos, o direito ao uso de dispositivos de monitoramento em escolas e ambientes de trabalho, além de pausas para controle glicêmico e aplicação de insulina. Informou ainda que o projeto segue para sanção presidencial.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado manifestou repúdio aos decretos do Presidente Lula sobre regulação das redes sociais, argumentando que o Executivo legislou de forma unilateral sobre tema que caberia ao Congresso Nacional debater. Criticou a transformação da **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)** em órgão fiscalizador com poder de aplicar multas de até 10% do faturamento das empresas, apontou a falta de capacidade técnica do órgão para absorver as novas atribuições e alertou para riscos de censura e insegurança jurídica. Por fim, conclamou a Câmara a apoiar os Projetos de Decretos Legislativos (PDLs) para sustar os efeitos dos decretos.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado manifestou apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que extingue a escala 6 por 1, aprovada na Comissão Especial por 34 votos a 4. Destacou os principais pontos do texto: jornada máxima de 40 horas semanais, duas folgas remuneradas por semana e redução gradual de quatro horas em até 14 meses. Argumentou ainda que a medida favorece a saúde, a produtividade e a qualificação dos trabalhadores, e que o período de transição previsto na PEC



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 106.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/05/2026

oferece tempo suficiente para adaptação das empresas. Por fim, conclamou os Parlamentares a votarem favoravelmente à proposta em ambos os turnos.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada prestou homenagem a profissionais e entidades que integram a rede de proteção à infância, em celebração ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Apresentou dados alarmantes, entre 2021 e 2023, com mais de 160 mil vítimas de estupro de até 19 anos e pesquisa do Unicef (2024-2025) que aponta que uma em cada cinco crianças foi vítima de exploração sexual facilitada pela tecnologia, o equivalente a cerca de 3 milhões de meninos e meninas. Destacou ainda sua atuação legislativa na área, mencionando a Lei da Escuta Protegida, o Projeto de Lei (PL) nº 3.158, de 2025 (inafiançabilidade de crimes de pedofilia), o PL nº 182, de 2025 (modernização da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas) e o PL nº 2.193, de 2024 (proteção de crianças em obras de grande vulto). Encerrou reafirmando o compromisso do Parlamento com a proteção integral da infância.

ENCERRAMENTO